

CONSTRUINDO SUBJETIVIDADES E (RE)FORMULANDO PASSADOS: OS DESAFIOS DA HISTÓRIA NOS TEMPOS DO DIGITAL

Building subjectivities and (re)formulating pasts: the challenges of history in digital times

Construir subjetividades y (re)formular pasados: los retos de la historia en la era digital

Keline Pereira Freire¹

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre a chamada “era digital”, sobretudo no que se refere aos impactos que as mudanças desse tempo exercem sobre a maneira como nos relacionamos com o passado e construímos a história. A partir da análise de obras como Bauman (2001), Crary (2014), Chul-Han (2017), Dunker (2017) e Zuboff (2020), buscar-se-á apreender três faces desse debate: 1 Os impactos da era digital sobre a vida e o cotidiano; 2 A construção da subjetividade e a relação com a ideia de verdade e conhecimento e 3 As implicações do digital sobre a escrita da história e o papel do historiador. Discutir tais questões possibilita pensar sobre a potência da história enquanto área de conhecimento, que também tem sido modificada pela era digital.

Palavras-chave: História. Era digital. Cotidiano. Subjetividade. Verdade.

Abstract: This paper seeks to reflect on the so-called “digital age”, especially with regard to the impacts that the changes of this time have on the way we relate to the past, think about the present and project the future. Based on the analysis of works such as Bauman (2001), Crary (2014), Chul-Han (2017), Dunker (2017) and Zuboff (2020), we will seek to understand three aspects of this debate: 1. The impacts of the digital age on life and daily life; 2. The construction of subjectivity and the relationship with the idea of truth and knowledge; and 3. The implications of digital on the writing of history and the role of the historian. Discussing such issues allows us to think about the power of history as an area of knowledge, which has also been modified by the digital age.

keywords: History. Digital age. Everyday life. Subjectivity. Truth.

Resumen: Este trabajo busca reflexionar sobre la llamada “era digital”, especialmente en lo que se refiere a los impactos que los cambios de esta época tienen en la forma en que nos

¹ Doutoranda em História pela UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) Recife, Pernambuco, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: kelinepereira1@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6121634073374757>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9475-5890>.

relacionamos con el pasado, pensamos el presente y proyectamos el futuro. A partir del análisis de trabajos como los de Bauman (2001), Crary (2014), Chul-Han (2017), Dunker (2017) y Zuboff (2020), buscaremos comprender tres aspectos de este debate: 1. Los impactos de la era digital en la vida y en la cotidianidad; 2. La construcción de la subjetividad y la relación con la idea de verdad y conocimiento; y 3. Las implicaciones de lo digital en la escritura de la historia. Las implicaciones de lo digital en la escritura de la historia y el papel del historiador. Discutir estas cuestiones nos permite pensar en el poder de la historia como área de conocimiento, que también se ha visto modificada por la era digital.

Palabras clave: Historia. Era digital. Vida cotidiana. Subjetividad. Verdad.

Introdução

Se a história é a ciência dos homens no tempo, como já destacou Bloch (2001), interessa ao historiador estar atento às transformações em curso em sua época. Essa interação entre o historiador e o tempo em que vive, possibilita não apenas a apreensão dos fatos históricos e suas variabilidades, mas também a pensar como cada momento histórico pode impactar na maneira como nos relacionamos com a história, na forma como escrevemos sobre o passado, pensamos o presente e projetamos o futuro.

Pesquisar e ler um livro, consultar um documento em arquivo, buscar significados e informações acerca de palavras e temas desconhecidos, escrever um texto, publicar um artigo, ministrar aulas. Nenhuma dessas ações, que compõem a rotina de um historiador, pode ser pensada, atualmente, sem a mediação da tecnologia digital. Essa tem sido uma transformação ascendente, que hoje se revela em uma gama de possibilidades quanto a ferramentas de pesquisa, disposição de dados para observação e meios para interação e divulgação de resultados.

Mas a era digital tem provocado alterações que vão além da descoberta de novidades tecnológicas. Trata-se da ascensão de novos padrões e hábitos de vida mediados pela tecnologia, que têm modificado as percepções e interações dos indivíduos entre si, com o mundo que os cerca e com o conhecimento que produzem.

Este artigo busca discutir sobre essas questões a partir da análise de obras que se detiveram a pensar sobre as características da chamada pós-modernidade e as mudanças decorrentes desse momento a nível global, sobretudo no que se refere ao uso massivo da tecnologia como mediadora das ações humanas. Os impactos que essas mudanças provocaram sobre os hábitos cotidianos, a construção de novas percepções sobre o mundo e a diversidade de discursos que emanam neste contexto, possibilitará pensar como a sociedade impactada

pela vida digital se relaciona com o passado. Qual o espaço reservado à história nesta sociedade?

A análise apresenta-se em três momentos. A princípio, a partir das reflexões de Bauman (2001), Chul-Han (2017), Crary (2014) e Zuboff (2020), discutiremos as mudanças que o avanço tecnológico trouxe ao indivíduo moderno e de que forma se constituem as relações sociais em uma sociedade onde o mundo virtual se impõe. Posteriormente, considerando os trabalhos de Sibília (2016), Debord (2005), Anderson (1998) e Dunker (2017), enfatizaremos como esse momento de destaque da tecnologia global afeta a construção das subjetividades e como a proliferação das informações através das redes modificou o estatuto da ciência como detentora da verdade. Tendo pautado os elementos que compõem a chamada era digital e sua ação sobre a vida e a relação com o tempo e o conhecimento, será possível refletir sobre os desafios que se levantam para a história nesses tempos.

A expansão da tecnologia digital, a qual possibilita a história uma infinidade de ferramentas que auxiliam o trabalho dos historiadores, tem também possibilitado a propagação de uma série de discursos que relativizam passados autoritários e disseminam vertentes ideológicas extremistas e a desvalorização dos direitos humanos. Neste sentido, os desafios que se apresentam para a história envolvem não apenas adequar-se ao formato das redes, mas também desenvolver um olhar sobre o passado que favoreça a construção de um conhecimento emancipatório.

Os impactos da era digital sobre a vida e o cotidiano

A chamada era digital é um processo decorrente de uma série de transformações e invenções tecnológicas observadas, principalmente, a partir da chamada terceira fase da Revolução Industrial, em meados do século XX. Muitas foram as modificações desencadeadas desde este momento até o presente, mas um fato inegável é a mediação da vida cotidiana pelas diferentes formas de tecnologia.

O capitalismo, sistema econômico que dita as regras da modernidade, apresenta-se, desde o século passado, personificado na ideologia neoliberal. Para além da definição simplória de que o Estado interfira cada vez menos na economia, o neoliberalismo se apresenta como um disciplinador social, que utiliza categorias morais e psicológicas como

pressupostos silenciosos da ação econômica (SAFATLE; JÚNIOR; DUNKER, 2021). Uma ideologia que pressupõe a liberdade caracteriza esses tempos.

A modernidade é líquida e derreteu os sólidos. Liquidez e fluidez são as características que definem esses tempos, para Bauman (2001). Essa fluidez se configura no desprendimento, na liberdade para que o sistema e os indivíduos transitem desintegrados, liberados de tudo o que possa ser sólido. A liquidez moderna se apresenta não apenas nas políticas do neoliberalismo econômico e na proliferação de novas tecnologias, mas atinge diretamente os sujeitos. Perpassa pelos indivíduos a fluidez e a maleabilidade desses tempos. A solidez do Estado, das relações sistêmicas e das instituições disciplinares, dá lugar a outros contornos e demandas sociais, orquestradas pelo ritmo da vida afetada pelo capital.

Não vivemos mais na sociedade disciplinar de Foucault, como destaca Chul-Han (2017). Em lugar de presídios, asilos e quartéis estão as academias, os escritórios, os shoppings, os bancos. Seríamos agora a sociedade do desempenho. Essa sociedade não pune diretamente o corpo, mas produz indivíduos com sentimentos constantes de frustração e fracasso. Isso porque, a sociedade do desempenho impõe sobre o indivíduo uma autocobrança paradoxal a suposta liberdade que ele deveria ter em tempos de ampla divulgação do exercício da livre gestão de si: embora não seja mais governado pelo poder disciplinar das instituições, ele adoce na medida em que busca o poder nas suas próprias realizações e se frustra.

Há, portanto, um ponto de ligação entre essas duas sociedades: o poder. Ele não deixa de ser um objetivo fundamental na sociedade do desempenho, assim como era na sociedade disciplinar. Este poder, no entanto, agora se apresenta na coerção do indivíduo para com ele mesmo. A força vital se reduz ao mero desempenho vital. O homem se distancia da capacidade de apreciação e atenção, exigida pela arte e pela filosofia, para se aproximar da hiperatividade e da multitarefa, que não demandam pausa ou tempo de reflexão.

A valorização da multitarefa e da funcionalidade ininterrupta do indivíduo é uma característica desse período. Em uma era ditada pela tecnologia, impõem-se ao homem a frequência de ação dos sistemas de computador, que não cessam de atualizar. Crary (2014), em seus escritos sobre o capitalismo, dedica parte de seu trabalho para demonstrar como a humanidade do indivíduo é posta em desafio para que o sistema funcione ininterruptamente 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Neste sentido, mesmo o sono, necessidade natural humana, é um empecilho para esse funcionamento sem pausas. Há, então, uma biodesregulamentação, um desequilíbrio entre o

funcionamento do mercado e as limitações físicas humanas. Trata-se, portanto, de um tempo sem tempo, que sendo ininterrupto, inevitavelmente alcança todas as áreas da vida humana. O 24/7 é onipresente e, neste sentido, anula a noção de dia e de noite, bloqueia a luminosidade e a experiência visual, pois homogeneiza e acelera a realidade. Um exemplo desta aceleração é a proliferação de novas mídias e novas informações. Uma novidade pode se tornar notícia velha no virar de um dia, assim como a necessidade de substituição de uma tecnologia por outra mais recente ocorre em um espaço de tempo cada vez mais curto. Neste sentido: “As condições cotidianas de comunicação e acesso à informação garantem o apagamento sistemático do passado como parte da construção fantasmagórica do presente” (CRARY, 2014, p. 41).

A ação ininterrupta do funcionamento da vida em prol do capital atinge aspectos até então não explorados da vida privada. Mesmo as extensas horas de trabalho das fábricas industriais resguardavam ao indivíduo momentos de vida não administrada. O trabalho de muitas horas encontrava uma pausa quando se chegava na privacidade do lar. É nos anos de 1980, com a ascensão do neoliberalismo, a comercialização do computador pessoal e o desmantelamento de sistemas de proteção social, que prevalece os impactos do capitalismo sobre a vida cotidiana. O próprio tempo é monetizado, e o indivíduo paulatinamente redefinido como um agente econômico em tempo integral, mesmo em um contexto em que não haja relação de trabalho ou emprego.

Na mediação deste processo está a tecnologia, a televisão, o celular, os computadores pessoais. O controle do indivíduo perde a dimensão de tempo e de espaço público, podendo ser ampla e total. Mesmo nos momentos de suposta inatividade – ação contrária ao funcionamento do capital – o conteúdo veiculado por essas tecnologias apontam para o consumo sem pausas.

O alinhamento temporal do indivíduo com o funcionamento de mercados, em desenvolvimento há dois séculos, tornou irrelevantes as distinções entre trabalho e não trabalho, entre público e privado, entre vida cotidiana e meios institucionais organizados. Sob essas condições, continua sem controle a financeirização implacável de esferas previamente autônomas de atividade social. O sono é a única barreira restante, a única “condição natural” persistente que o capitalismo não pode eliminar (CRARY, 2014, p. 63).

Crary (2014) atenta para o perigo de se considerar este momento do capitalismo global como uma era de transição. Segundo ele, tal suposição leva a pensar em uma inevitabilidade

histórica das mudanças que este momento impõe para a vida humana, além de sugerir uma continuidade com outros períodos do capitalismo. Para o autor, é justamente essa ideia de estado de transição contínua que produz a sensação de incompletude, de que nunca alcançaremos o desejado estado de acomodação tecnológica, financeira e social, nos colocando a estar sempre em busca de tais realizações.

A esta forma de capitalismo, Zuboff (2020) define como capitalismo financeirizado, capitalismo da informação ou, em última instância, capitalismo de vigilância. Na lógica da necessidade do desempenho positivo e do funcionamento sem pausas, é o cotidiano o espaço apreendido para a formulação de estratégias de comercialização. Assim, para Zuboff (2020), são as informações geradas na vida diária o grande foco da articulação pelo capital. O capitalismo, que sempre rumou para lógicas de acumulação dominante, não deixa de fazê-lo na era digital, mas seu grande produto agora é a informação, a *big data*.

A vida, vivida na dimensão digital, é apreendida pelo sistema de produção econômico, que faz das informações captadas trunfos para a divulgação, a venda e a produção do que se transformará em mercadoria para consumo na vida diária. Nenhum dado é irrelevante, nada passa despercebido, tudo pode ficar acumulado na base de dados da *Google* para ser vendido e segmentar a publicidade. Desafiando a ideia de reciprocidade capitalista, que exige uma relação de compra e venda, cuja realização ocorra por escolha das partes envolvidas, Zuboff (2020) assiná-la como a lógica da vigilância desfaz essa interação. Isto porque não há escolha para o fornecimento de dados, assim como não há pontos de fuga. Se na compra de um produto, na utilização de um serviço de localização, nos dispositivos de áudio de um smartphone, na pesquisa de uma informação ou em quaisquer ações intermediadas pelo digital, tudo será capturado. A acumulação, inevitável no formato digital, gerará material de informação e não há como escapar.

Assim, as informações produzidas no âmbito da vida privada são apreendidas para gerar mercadorias que correspondam aos anseios dos propensos consumidores. Basta uma simples busca na barra de pesquisa do *Google* e em poucos instantes o algoritmo encaminhará para a sua *timeline* uma série de anúncios indicando produtos e serviços que supram os desejos apontados em sua pesquisa. Se nos primórdios do funcionamento do capitalismo o objetivo principal estava na apropriação da força de trabalho, neste momento é a própria vida o foco de apropriação. A força vital é captada pelo sistema de modo que ações individuais,

ainda que subjetivas, como o agir, o pensar e o desejar, ocorra em conformidade com o seu funcionamento.

A construção da subjetividade e a relação com a ideia de verdade e conhecimento

A noção de exercício livre do direito de propriedade, propagada pelo neoliberalismo, tende a promover uma despolitização social e produz uma gestão das ações psíquicas dos envolvidos segundo a lógica do sistema. Neste sentido, um modelo socioeconômico, na medida em que determina formas de comportamento a serem internalizadas, não pode estar desassociado de uma psicologia que lhe seja própria e partilhada por todos que desejam ser socialmente reconhecidos dentro dele (SAFATLE; JÚNIOR; DUNKER, 2021). Inseridos neste sistema, nossas ações, pensamentos e anseios estão permanentemente passíveis de ser condicionados pela ação desses mecanismos:

Nesse sentido, podemos dizer que modelos socioeconômicos são modelos de governo e gestão social de subjetividades, por isso, não podem ser compreendidos sem sua capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivos de autorregulação. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente (SAFATLE; JÚNIOR; DUNKER, 2021, p. 30).

Ao ditar padrões de comportamento esse sistema promove uma maçante homogeneização da experiência e, ainda que dissemine a pretensa liberdade individual, o controle social só se dá com o estabelecimento, cada vez mais eficaz, da formatação dos indivíduos. Neste contexto, só dois tipos de experiência são possíveis: ou estamos satisfeitos pela possibilidade de consumir e cada vez mais desejosos pelo acesso a determinados produtos ou frustrados pela total impossibilidade de possuí-los. Nesta busca: “Comparamos produtos que nos foram recomendados pelo monitoramento de nossas vidas eletrônicas, e voluntariamente deixamos *feedbacks* para outros a respeito do que compramos” (CRARY, 2014, p. 52).

Na era digital, essa instauração de modelos de comportamentos para a formatação da subjetividade ocorre fortemente por meio das redes sociais e das imagens. A modernidade trouxe consigo a fotografia, o cinema, o celular, a televisão. A imagem é parte fundamental nas transformações decorrentes deste período. Na era digital ela é ainda mais determinante, posto que ver e ser visto é um aspecto primordial. Se, como dito no tópico anterior, o foco do mercado no capitalismo da era digital está na captação das informações geradas no cotidiano,

a imagem que se quer ver nesta era é a da vida privada. Sibília (2016), analisa como se dá a exibição da intimidade através de meios eletrônicos na contemporaneidade. Neste espaço de exibição, aquilo que se produz é vida real ou relato construído?

O *eu* da internet, dos perfis em redes sociais e blogs, assim como em biografias, é ao mesmo tempo autor, narrador e personagem, e organiza a sua experiência de modo a produzir uma história que pode ou não estar em concordância com a realidade. Sibília (2016), aponta como é crescente o consumo dessas realidades criadas, um desejo por consumir vidas alheias reais. Essas narrativas da realidade tomam o lugar que antes era da ficção. É sob essa lógica que se organizam as redes sociais na atualidade. Os chamados influenciadores digitais são indivíduos que constroem perfis na internet expondo seu cotidiano, buscando reunir seguidores que se identifiquem com seu perfil e possam consumir sua imagem e os produtos que divulgam em parceria com marcas e empresas.

Os atores dessa vida real não são heróis, são sujeitos comuns e o interesse por essas personalidades reside no campo de sua vida privada. Nesse espaço da rede, o indivíduo comum pode tornar-se também uma personalidade, cujo conteúdo produzido se torne interessante para uma quantidade significativa de pessoas. É neste momento que esse indivíduo torna-se um influenciador, na medida em que atrai milhares de seguidores, marcas e dinheiro em torno de si. Trata-se de uma outra forma de ficção, cuja estética de escrita não é mais aquela dos romances literários. Nesses relatos do eu há mais cotidiano, mas, ao mesmo tempo, menos experiência e uma proliferação de formatos de apresentação que envolvem, principalmente, sons e imagens.

Nesta espetacularização do cotidiano, que se adequa às demandas por padrões de comportamento e produção de vidas condizentes com o desempenho individual dentro do capitalismo financeirizado, como se constroem as subjetividades? Elas deixam de existir enquanto definidoras das singularidades dos sujeitos ou tão somente se tornam tão fluídas e mutantes quanto a vida contemporânea? Olhar além da ideia de verdade e mentira, ficção e realidade e contextualizar o problema dentro de uma perspectiva histórica, considerando as transformações em andamento, é o caminho apontado por Sibília (2016) para se chegar a respostas para tais indagações.

É certo que Debord (2005), na obra *Sociedade do espetáculo*, definiu o espetáculo como “Uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 2005, p. 9). Mas ele também deixou claro que é impossível a separação entre essas relações sociais e as

relações de produção e consumo de mercadorias: “O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social. Não só a relação com a mercadoria é visível, como nada mais se vê senão ela: o mundo que se vê é o seu mundo” (DEBORD, 2005, p. 42). A sociedade do espetáculo é, assim, uma fase do capitalismo, onde o acúmulo de capital e de imagem ocorre concomitantemente.

A imagem é um instrumento de poder neste contexto. O poder está, então, diluído entre os que podem produzir essas imagens. O que permite a caracterização do capitalismo como a sociedade do espetáculo é o caráter cotidiano da produção de espetáculos, a quantidade incalculável de espetáculos produzidos e seu vínculo com a produção e o consumo de mercadorias feitas em larga escala. A sociedade do espetáculo não aceita crítica nem nada que não lhe convém. No capitalismo, mesmo o que se apresenta como momentos da vida real revela-se como mercadoria “a vida meramente espetacular” (DEBORD, 2005, p. 113).

Pensando sobre essas questões, como é possível a construção do pensamento social e político em tempos de vida mediada pela tecnologia? Chul-han (2016) apontou algumas características daquilo que chamou de multidão digital, o *enxame*. O autor corrobora as reflexões de Sibília (2016) quanto ao fato de que, no espaço das redes, todos são receptores e emissores de suas mensagens e não há separação entre o público e o privado. Essa dinâmica, para Chul-han (2016), não é totalmente negativa, visto que possibilita uma erosão de hierarquias sociais, pois o controle dos atores envolvidos nos processos é mais difícil.

No entanto, o desafio desta forma de associação se dá pelo mesmo motivo. No *enxame* digital, as ondas de indignação são constantes, mas são também dispersas e pouco dialógicas. Tal qual a produção do eu e do espetáculo de si, as indignações partem de manifestações individuais e podem não produzir afetação no conjunto. Trata-se de um estado afetivo que não produz ação. Para Chul-han (2016), falta a este enxame o espírito de massa, a consciência de si mesmo e de suas causas, tais quais as multidões clássicas que marcharam em séculos anteriores na história.

Um exemplo dessa produção de ondas de indignação efêmeras e pouco analíticas através das redes, são alguns movimentos observados na história recente que, embora pretendessem a defesa de direitos sociais de determinados grupos, revelaram-se pouco efetivos quanto ao enfrentamento de preconceitos históricos. Uma onda de indignação e protestos movimentou as redes sociais do Brasil em 30 de março de 2014. Tratava-se de uma partida de futebol entre os clubes Valencia e Real Madrid pela *La Liga*, campeonato espanhol.

Quase ao final do segundo tempo, um torcedor atirou uma banana no gramado, gesto de racismo corriqueiro em competições na Europa. O jogador brasileiro Daniel Alves imediatamente reagiu comendo a fruta em forma de protesto.

A reação do jogador brasileiro provocou uma série de publicações das maiores personalidades do esporte e da mídia, reproduzindo o gesto de comer a banana e a *hashtag* com os dizeres: somos todos macacos. Na ocasião, o movimento, que viralizou nas redes, foi encarado como revolucionário. Trazendo Daniel Alves como capa na edição impressa do mês de maio do mesmo ano, a revista *Veja* enfatizava em seu texto de abertura que a atitude do jogador teria feito o preconceito “quebrar a cara para sempre” (Revista *Veja*, ed. 2372, ano 47, nº 19, 2014).

A controversa campanha não demorou para ser repudiada, visto o reforço de estereótipos de animalização de pessoas pretas que trazia. O movimento, no entanto, não deixou de ganhar adeptos e produzir impactos mercadológicos. Segundo a *Veja*, a marca de roupas do apresentador de televisão Luciano Hulk faturou cerca de R\$ 20.000 (vinte mil reais) em três dias com a venda de camisas com a frase somos todos macacos e a imagem de uma banana gigante². O jogador Neymar Jr., primeiro a publicar a *hashtag* e o vídeo comendo a banana, teria sido, segundo o publicitário Guga Ketzer, o articulador da ação³. O jogador teria procurado a agência de publicidade para elaborar o movimento de comer a banana durante a partida como forma de protesto.

Apesar da euforia que gerou na ocasião, o movimento não produziu impactos quanto a ampliação da consciência social acerca do preconceito racial e costuma ser lembrado pela mensagem desastrosa, de conotação racista, que empreendeu. Daniel Alves e Neymar Jr. não costumam ser figuras ativas na promoção de ações antirracistas, tão pouco estão ligados a movimentos políticos que tenham como pauta a defesa da garantia de direitos sociais para pessoas pretas. A movimentação não gerou medidas punitivas acerca das manifestações de racismo no campeonato de futebol espanhol. Atualmente, o jogador brasileiro Vinícius Jr. tem sofrido ataques racistas constantes em partidas do Real Madrid e buscado promover debates acerca da discriminação racial no contexto do futebol.

² Ver em “20.000 em 3 dias”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/20-000-em-tres-dias/>. Acesso em: novembro de 2024.

³ Ver em: “Neymar e agência de publicidade pensaram há duas semanas em #somostodosmacacos”. Disponível em: https://www.purepeople.com.br/noticia/neymar-e-agencia-de-publicidade-pensaram-ha-duas-semanas-em-somostodosmacacos_a19595/1. Acesso em: novembro de 2024.

Há, no entanto, exemplos concretos de ações em conjunto, com impacto social, que foram empreendidas pela multidão digital. Castells (2013) analisou os movimentos da Insurreição árabe, em 2010, o *Occupy Wall Street*, em 2011 e os Indignados da Espanha, ocorrido no mesmo ano, todos nascidos através de organizações iniciadas na internet. Ambos os movimentos resultaram em protestos maiores, atingindo a população desses lugares e gerando mudanças significativas na estrutura política de alguns países. No caso dos movimentos no mundo árabe, as mobilizações colaboraram para a destituição de regimes autoritários vigentes há cerca de três décadas, como na Tunísia. O país destituiu em 2011 o governo de Zine al-Abidine Ben Ali com um movimento que teve início a partir de ondas de indignação na internet e ganhou as ruas, movimentando outros países e formando a rede de protestos que ficou mundialmente conhecida como Primavera Árabe.

Para Castells (2013), os movimentos em rede são indiscutivelmente diferentes dos movimentos revolucionários já ocorridos na experiência histórica, mas, para o autor, podem ser desencadeados pelas mesmas crises sociais e econômicas e não se limitam a aspirações efêmeras da internet, embora tenham sua mobilização possibilitada por ela. Para o autor, há uma nova forma de organização amplamente democrática, que desponta mais potente com essa movimentação online, posto que ela pode driblar o poder e atingir públicos a nível global. Mas como encontrar o caminho para seguir ideais democráticos em redes administradas pelo capitalismo de vigilância? Como colocar em alinhamento os interesses individuais que pressupõe as redes sociais com o apoio a causas que envolvem o bem-estar da coletividade social?

Voltando a Chul-han (2016), um dos pontos determinantes do *enxame* digital está na homogeneização. O *homo digitalis*, que constitui o *enxame*, é um alguém anônimo, que não estabelece contato físico e pode dispersar com a mesma rapidez com que foi atraído. Essa forma de não-organização não pode construir energia política, para o autor, pois, no neoliberalismo não há espaço para ação comum. A classe é apenas uma, a que compõe o capitalismo. Assim, para Chul-han (2016), o exercício do poder se dá através do que ele chamou de psicopolítica, que atua por meio do *big data* e da lógica da vigilância. Que nada mais é do que a sobreposição do conceito foucaultiano de biopoder para o de *psicopoder*, que através do *big data*, estaria extraindo esquemas de comportamento das massas, corroborando para a construção de uma psicopolítica digital de controle.

Um exemplo deste processo ocorreu no ano de 2016, quando movimentações políticas que tiveram como ponto de partida as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, revelaram o impacto do uso das redes sociais na mobilização das massas e na disseminação de determinadas ideologias. A campanha do candidato Donald Trump foi identificada pela ampla utilização das redes para a veiculação de notícias, por muitas vezes falsas, para publicações de ideias políticas condizentes com seus objetivos de governo. Ao final da campanha os estudos sobre este movimento revelaram o peso da instrumentalização das redes no resultado do processo eleitoral:

O *Facebook* reconheceu que até 126 milhões de seus usuários foram expostos a publicações de uma empresa ligada ao Kremlin chamada *Internet Research Agency* durante as eleições presidenciais, o equivalente a um terço da população norte-americana. O *Twitter* identificou 3.814 contas dedicadas a essa atividade. Os serviços de espionagem dos EUA acusam diretamente Moscou de orquestrar todo um estratagema que incluiu a invasão dos e-mails dos democratas, notícias falsas e propaganda para favorecer a chegada de Donald Trump ao poder em detrimento de Hillary Clinton (MARS, EL PAÍS, 25 de fevereiro de 2018).

Não diferente, outros países do mundo, dos quais se incluem o Brasil, vivenciaram movimentos parecidos em suas campanhas eleitorais. No Brasil, a campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro em 2017, bem como em 2021, esteve cercada por denúncias de financiamento de uma série de disparos de notícias falsas (*fake news*) veiculadas através das redes sociais para favorecer o candidato. As notícias, veiculadas através de vídeos e imagens nas redes, por vezes tinham como foco a desmoralização pública dos candidatos da oposição, como a acusação de que Fernando Haddad – que disputava a maioria das intenções de votos com Bolsonaro em 2018 – era criador de um *Kit gay*, materiais distribuídos em escolas para doutrinar sexualmente crianças de 6 anos. Em outros momentos, o próprio Bolsonaro foi o emissor direto das informações falaciosas, como as que envolveram a gestão da COVID-2019⁴ e a descredibilização das urnas eleitorais⁵.

Estes fatos da história recente estão relacionados não apenas com o uso massivo das redes sociais em um momento em que o digital se impõe sobre a vida prática, mas se refere a um contexto político de ascensão da extrema-direita no mundo e a utilização dos elementos

⁴ Ver em: “Bolsonaro é “líder e porta-voz” das ‘fake news’ no país, diz relatório final da CPI da Pandemia” Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/bolsonaro-e-lider-e-porta-voz-das-fake-news-no-pais-diz-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia.html>. Acesso em: novembro de 2024.

⁵ Ver em: “TSE pede ao STF que investigue Bolsonaro por fake news contra urnas: entenda o que pode acontecer”: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58070438>. Acesso em: novembro de 2024.

do capitalismo financeirizado e da ideologia neoliberal em prol de objetivos determinados. Este é um movimento que tem enfraquecido qualquer ideal de democracia, direitos individuais e bem-comum, tornando o Estado um instrumento para a garantia de interesses privados e determinante de uma moralidade tradicional (BROWN, 2019).

Segundo Rolnik (2018), há no capitalismo financeirizado transnacional, a utilização da micropolítica para alcançar o poder macropolítico. A união do neoliberalismo com o conservadorismo extremo tem produzido a fragilidade das subjetividades, afetadas por uma série de narrativas midiáticas que elaboram uma imagem de crise econômica e perigo comum. Isso fragmenta o sujeito em si mesmo, favorecendo a eleição de um “bode expiatório” sobre quem recairá a culpa pelo problema em questão (ROLNIK, 2018, p. 79). Os inimigos em questão têm sido frequentemente figuras historicamente desprivilegiadas nas relações modernas estabelecidas pelo capitalismo: imigrantes, pobres, negros, indígenas, mulheres, integrantes da comunidade LGBTQIAPN+.

Vimos como a tecnologia digital tem sido utilizada no contexto atual do capitalismo global para dirigir subjetividades, seja sob a captação de informações do cotidiano para a produção e o consumo de mercadorias através da internet ou na formulação de narrativas, muitas vezes falaciosas, para promover o direcionamento da opinião pública para ideologias políticas e sociais determinadas.

Neste contexto, que afeta o íntimo do inconsciente, podendo dirigir as subjetividades para caminhos desejados, em que instância pode-se pensar a construção e a assimilação do conhecimento? A proliferação de discursos políticos e sociais inevitavelmente transformou a maneira como assimilamos informações e o que fazemos delas. Não há barreiras para o saber no digital, a informação está a um *click*, pode-se carregar uma imensa quantidade de dados no bolso e ter resposta para qualquer pergunta em segundos. Mas, o que fazemos com isso?

A contemporaneidade trouxe ao homem ideais de uma verdade que poderia ser alcançada mediante a racionalização do conhecimento, através da produção da ciência e da instituição de aparatos jurídicos, políticos e sociais que apontavam para a solidificação da democracia e da igualdade de direitos. O período que se observa a partir da década de 1970 e decorrer dos anos 2000, está impregnado por mudanças significativas no entendimento sobre a verdade e o conhecimento. Seria o início de um estágio distinto da modernidade, cujas características poderiam ser compreendidas com o passar dos anos. A pós-modernidade ou pós-modernismo, se apresenta como um cenário complexo e de difícil conceituação, mas

algumas características deste período podem ser apontadas para o direcionamento das reflexões empreendidas neste texto.

Conforme Anderson (1998), o pós-modernismo se apresenta como uma nova fase do capitalismo e aponta para modificações de ordem não apenas econômicas, mas políticas, sociais, estéticas e históricas. A origem deste processo se apresenta a partir de uma ambivalência histórica: “a derrota do operariado organizado e da revolta estudantil terminando numa acomodação ao mercado e a ascensão dos humilhados e ofendidos, levando a um questionamento político e da moralidade e do estado” (ANDERSON, 1998, p. 134). O autor se refere à crise dos ideais de esquerda e a concepção de que a pós-modernidade se constituiu a partir de um triunfo absoluto do capitalismo. Esse triunfo consiste em não apenas prevalecer sobre o socialismo, mas, sobretudo, anular qualquer possibilidade de alternativa política possível. A conformação do capitalismo como única via possível é uma das principais características do mundo pós-moderno.

O pós-moderno tornou flexível todas as áreas da existência humana: ocupacional, emocional, sexual e política. Trata-se de um contrato temporário, segundo o qual todas essas instâncias podem se modificar rapidamente. Esta percepção atinge todas as áreas da vida do homem e não poupa a ciência, que passa a ser vista como mais um jogo de linguagens entre tantos outros, perdendo o lugar de privilégio de verdade denotativa alcançada em outros tempos da história (ANDERSON, 1998).

Esta fluidez afeta o mais íntimo da existência humana, esfacelando tudo o que anteriormente poderia sugerir conceitos rígidos e universalmente aceitos. Bauman (1998), se refere, por exemplo, às discussões em torno da noção de identidade, que na época moderna pairavam pela problemática de pensar em como elas eram construídas. Na pós-modernidade, essa problemática reside na dificuldade de manter-se fiel a qualquer identidade por um longo espaço de tempo. Mesmo a identidade, que pressupõe permanência, torna-se temporária e instável, devido à ausência de referentes duradouros neste universo composto por inúmeros discursos sobre a verdade.

Também analisando a questão da identidade no contexto pós-moderno, Hall (2006) aponta que as identidades nunca foram homogêneas e fixas, como as representações e definições anteriores supunham. No entanto, na pós-modernidade os processos de modificações constantes teriam deslocado de forma poderosa as identidades nacionais. Seria agora ideal, portanto, falar em identificações, não em identidades, visto que, este contexto tem

desencadeado a formulação de identidades cada vez mais híbridas. Embora não concorde com os estudos que sugerem uma crise da identidade na pós-modernidade, Hall (2006) afirma que estas mudanças têm provocado alterações que afetam todos os referentes anteriormente estabelecidos:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas -de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente” (HALL, 2006, p. 75).

Neste interim do relativismo científico e das discussões sobre o estatuto da verdade, produz-se um pós que não se refere apenas a caracterização do momento histórico vigente, mas que servirá também para indicar um estágio específico do próprio entendimento de verdade e conhecimento.

A pós-verdade surge como um adjetivo que indica o momento em que os fatos influenciam menos a opinião pública do que os apelos à emoção e às crenças pessoais. Utilizada, primeiramente, em 1992 por Steve Tesich, a palavra volta aos debates em 2016, mediante a produção e divulgação massiva de informações falsas nas redes no processo eleitoral norte-americano, como apontam Siebert e Pereira (2020):

A definição de pós-verdade nasce atrelada ao gesto político, significando uma sociedade que se importa mais com seu bem-estar diante das informações do que com a qualidade delas ou sua ligação com o real. Guiado pela ideologia, o sujeito é inclinado a ser seletivo no que toca a suas crenças, admitindo como verdadeiras as informações que conferirem reforço discursivo à sua posição ideológico-histórica (SIEBERT e PEREIRA, 2020, p. 243).

Na pós-verdade, a veracidade de um discurso independe da investigação científica, mas está sujeita a versão dos fatos que os sujeitos queiram encarar como reais. Neste sentido, as mídias digitais são utilizadas como ferramentas disseminadoras de informações que, a despeito de apresentar aspectos negacionistas, falaciosos ou discriminatórios, poderão ser apropriadas como verdade.

Neste sentido, os museus, as bibliotecas, os documentos oficiais, os intelectuais, as informações baseadas em estudos “comprovados”, perdem seu lugar como detentores de um conhecimento confiável ou comprovado. Na pós-verdade, qualquer ciência pode ser

questionada e qualquer indivíduo pode disseminar discursos passíveis de serem tomados como verdade.

Para Dunker (2017), a pós-verdade se articula em um paradoxo em que, ao tempo que fornece uma proliferação de novos referentes e informações, também se caracteriza pela ausência de senso coletivo e construção de mundo em comum. Na pós-verdade, a ciência não tem mais espaço que a ideologia. É dela a voz imperante. A transferência da autoridade da ciência ou do jornalismo profissional para a produção de opiniões geradas por personalidades da internet, cuja comprovação nem sempre se pode atestar, geram impactos no nível da rede. Os questionamentos sobre a veracidade dos conhecimentos das ciências humanas são uma consequência deste processo.

A era digital e suas implicações sobre a história e o papel do historiador

Nesta experiência da existência mediada pela tecnologia, em um contexto de complexidades políticas, econômicas e sociais, observamos dois impactos sobre o conhecimento histórico: o conhecimento sobre o passado está disperso em uma série de discursos produzidos nos espaços digitais. Esse conhecimento não necessariamente tem no historiador ou na teoria e na metodologia um campo de referência, mas pode ser apreendido como verdade mediante ideologias de grupos específicos. Um movimento decorrente desse processo, que constitui o segundo ponto aqui observado é o questionamento constante sobre a veracidade do conhecimento histórico e a validade dos estudos sobre o passado.

A produção do conhecimento histórico e a relação com o tempo foram aspectos amplamente modificados pelo pós-modernismo, pós-verdade e era digital. Para o historiador se abriu um leque de possibilidades quanto a pesquisa e a imensa e inédita disposição de dados. As fontes digitalizadas, as ferramentas produzidas para pesquisá-las e articulá-las conforme os objetivos desejados, são diversas e com praticidade de alcance nunca antes visto. No entanto, junto a esta gama de possibilidades surgem também novas questões que impactam a história pensada como ciência e aspectos da disciplina no que concerne a teoria e a metodologia. Qual o lugar do passado neste contexto? Qual o papel do historiador? Que contribuições a história pode apresentar nesta sociedade do digital? Como pensar teoria e a metodologia da história nesses tempos?

Já falamos neste texto como este momento da contemporaneidade impõe sobre os sujeitos novos referentes na forma de relacionar-se com o tempo. O tempo, neste contexto, é

sempre o do agora, é um presente onipresente, como já alertou Hartog (2013) em seu conceito de presentismo. Um tempo que estamos sempre tentando acompanhar, posto que caminha no ritmo do 24/7, já definido por Crary (2014). Esta aceleração limita a nossa possibilidade de reflexão sobre qualquer outra dimensão que não seja esta em que vivemos. O passado, neste sentido, passa a ser um campo de observação sob o qual só conseguimos nos voltar mediante as demandas apresentadas no presente.

A informação rápida e fácil é mais rapidamente absolvida e disseminada nesse contexto. Obras e conceitos de maior complexidade não são a fonte mais acessada para fundamentar um argumento. Um texto ou, preferencialmente, uma imagem, com uma informação clara e direta, tem mais chance de viralizar e se tornar uma verdade aceita por um grande grupo de pessoas. Seria a morte dos livros? Nem tanto. A síntese ganha espaço, bem como a linguagem mais direta. Os títulos que prometem histórias concisas ou para apressados, tendem a despertar maior interesse.

Para Armitage e Guldi (2018), em seu manifesto pela história, na década de 1960, com o advento da micro-história, historiadores de movimentos políticos teriam concentrado suas análises em acontecimentos, indivíduos e instituições específicas, produzindo estudos voltados para um espaço cada vez menor de tempo. Embora os autores apresentem uma noção bastante simplista do conceito de micro-história nesta afirmação, há outros aspectos que parecem pertinentes em sua análise. Um deles está no apelo que fazem pela história a longo prazo. Eles afirmam que, atualmente, os historiadores não são os profissionais/intelectuais buscados para explicar os problemas climáticos, desigualdades e destruição da natureza, pois teriam desviado seu olhar sobre o futuro e, para eles, a história deve unir o conhecimento sobre o passado ao olhar para o futuro.

Entender a história como uma ciência cujo conhecimento deve articular o olhar sobre passado, presente e futuro, pode ser fundamental para que se reconheça o lugar do historiador enquanto intelectual que pode contribuir para o alargamento do olhar do contemporâneo sobre si mesmo, compreendendo suas fissuras, problemáticas e perspectivas. Seria a opção pela análise de períodos históricos longos e as explicações em síntese o caminho que tornaria o historiador um profissional mais requisitado por esta sociedade?

Malerba (2017), ao escrever sobre esta questão, constata que é necessário pensar na história produzida dentro das universidades em sua dimensão pública e no alcance que ela pode ter ao transpassar os muros da academia. Nesta relação entre historiador e público, o

autor assinala como a difusão da internet promoveu o “nascimento” de historiadores sobre os quais não é exigido espaço de autoridade ou título acadêmico, e constata a “história não mais se produz somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso” (MALERBA, 2017, p. 142).

Caberia então ao historiador inserir-se nesses espaços, o que já nota-se em grande medida, embora nem sempre com o alcance desejado. Blogs, eventos, palestras, debates, vídeos, revistas interativas, têm sido espaços explorados por universidades, grupos de pesquisa e professores de história. No entanto, estas realizações não deixam de disputar espaço com diversos outros conteúdos produzidos na internet, que não necessariamente possuem o aval de um historiador profissional, mas que podem se apresentar como mais interessantes para o consumo por dispor de uma linguagem menos formal e acadêmica. Neste sentido, o desafio pode estar não apenas em utilizar as diversas ferramentas à disposição para potencializar a pesquisa e a divulgação do conhecimento histórico, mas em problematizar também o que tem sido posto enquanto relevante nesta sociedade digital e como o conhecimento acadêmico pode ser difundido de maneira mais inteligível neste contexto.

Este período trouxe, de modo geral, mudanças que recaíram sobre a maneira de produzir o conhecimento, mas também de absorvê-lo. O tempo imediato requer informações curtas, leituras fragmentadas, pois a multitarefa é um imperativo. O tempo está sempre preenchido, pausas e ócio reflexivos são luxos dos quais poucos desfrutam. Nesta gama de informações, nunca se discutiu tanto pautas acerca de gênero, raça, sexualidade, cultura, direitos humanos e a urgência da garantia de direitos para todos. No entanto, como já demarcou Dunker (2017), a era da pós-verdade contraditoriamente também carrega consigo a ausência de senso coletivo e de perspectiva de mundo em comum, o que tem resultado em discursos conservadores e extremistas. Nesta era, o passado é até requisitado, mas para funcionar dentro de uma lógica ideológica vigente. A história constitui-se em um campo de disputa, onde o conhecimento sobre o passado é administrado, reformulado e, por vezes, negado, para se alinhar a determinados discursos.

Essa é uma realidade ainda mais evidente quando analisamos a dinâmica das redes sociais. Durante o segundo mandato presidencial da ex-presidente Dilma Rousseff iniciado em 2014 – e interrompido por um processo de *impeachment* comprovadamente irregular em

2016⁶ – retomou-se, em muitos momentos debates acerca do passado ditatorial do país iniciado em 1964. Isso porque a então presidente foi também militante ativa durante o período, sendo presa e torturada durante a ditadura. Em um embate que questionava a constitucionalidade do processo de *impeachment* e os riscos a manutenção da democracia no país, as redes sociais eram tomadas por discursos que retomavam imagens, processos e informações sobre a ditadura e a prisão da então presidente.

Se de um lado expunham-se documentos que atestavam a tortura física e psicológica vivenciada por Rousseff, do outro alegava-se a participação da então presidente em grupos de guerrilha armada, o que justificaria sua prisão e tortura. O passado ganha o centro do debate mediante disputas do presente, no entanto, os documentos, a história e até os direitos humanos são confrontados e resumidos a divergências de opinião. Assim, a produção de conhecimento sobre o passado deixa de ter no historiador um centro de autoridade e se dilui entre diversas páginas e perfis nas redes sociais, onde se pode ter acesso a uma multiplicidade de informações, na maioria das vezes sem referência ou fonte identificada.

Ainda falando sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1984) nos últimos anos, com o avanço de ideologias da extrema direita e a polarização política no país, muitos são os discursos negacionistas que questionam os fatos e a até a existência do regime autoritário no Brasil. A ascensão de simpatizantes da ditadura ao poder e a manifestação aberta de falas em favor da tortura, ganham as redes, mobilizando parte significativa da opinião pública em favor de suas ideias. Durante os anos de 2018 e 2022 o Brasil foi governado por Jair Messias Bolsonaro, militar reformado do exército brasileiro e apoiador confesso das ações de tortura e violência das forças armadas durante o regime. Em 2016, quando ainda era deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Bolsonaro votou a favor do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff e dedicou o seu voto a Carlos Brilhante Ustra, coronel do exército e chefe do Destacamento de Operação Interna (DOI) e Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) de São Paulo órgãos de repressão, cuja documentação atestam a prisão e tortura de centenas de pessoas⁷ durante o regime, assim como Dilma Rousseff.

⁶ A ex-presidente foi absolvida das acusações que teriam sido o motivo de sua destituição. Ver em: “Justiça mantém decisão que isenta Dilma Rousseff de “pedaladas fiscais”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-mantem-decisao-que-isenta-dilma-rousseff-de-pedaladas-fiscais/>. Acesso em: novembro de 2024.

⁷ Ver em: Museu histórico. O DOI-Codi — Arquivo Nacional » Memórias Reveladas (www.gov.br). Acesso em: novembro de 2024.

A fala criminosa de Bolsonaro, que se referiu a Ustra como “o terror de Dilma Rousseff”⁸ indignou a muitos e reascendeu debates sobre a responsabilização dos militares⁹, mas também fez com que sua imagem fosse amplamente divulgada, disseminando seu nome pelas redes e aumentando o interesse em sua figura, tornando-o popular e uma opção para a presidência, o que se concretizou em 2018.

Esse embate pelo passado não se restringe as redes e a opinião pública, mas ocupa também espaço entre os historiadores. Ainda no exemplo da ditadura militar, Fico (2004) fala como a abordagem do período pela historiografia brasileira é recente, apesar de abundante. Nesta ocasião, o autor aponta como as análises historiográficas até o período que analisa, manifestavam uma tendência a abordar o regime pelo viés estrutural marxista da luta de classes, ou sob a perspectiva da chamada Nova História. Experiências de indivíduos durante o regime são ressaltadas nesses trabalhos.

Em texto mais recente, Fico (2017) demarca um cenário com análises mais diversas, mas também mais controversas. Ele analisa trabalhos definidos como revisionismos históricos, que tiveram uma tendência a questionar a atuação da esquerda brasileira durante o regime, propondo outras leituras sobre este episódio do passado nacional. Alguns desses trabalhos, no entanto, o fazem minimizando as ações de repressão praticadas pelo governo autoritário, que combatia com censura e violência manifestações contrárias a ele. Fico (2017) indica como, nesses trabalhos, a luta armada é apontada como o grande ponto de contradição da esquerda por também incluir atos de violência. No entanto, este esforço dito revisionista, não costuma ponderar a proporcionalidade entre a ação de um estado detentor do poder, utilizado como aparelho de repressão, e a atuação de grupos isolados de militantes sem apoio popular, que não tinham qualquer chance contra o exército e foram fortemente massacrados.

Que as teorias e perspectivas históricas mudam conforme a demanda de cada tempo não é uma novidade para os historiadores. Mas como seria possível conciliar o conhecimento da história com um tempo de tantas divergências de discursos, onde mesmo os documentos podem ser desconsiderados para que uma versão mais conveniente da história seja disseminada?

⁸ Ver em: Estadão: “Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016”. Youtube 08 de agosto de 2019. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acesso em novembro de 2024.

⁹ Ver em: “Um retrato do torturador comandante Brillhante Ustra, segundo as suas vítimas” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461180363_636737.html Acesso em novembro de 2024.

Porque não somente a história enquanto historiografia muda – algo que historiadores e historiadoras sabem muito bem – mas suas teorias e filosofias também cambiam. Estas alterações no campo teórico podem ou não interagir com mudanças historiográficas (SIMON, 2020, p. 29).

Como, então, tornar as teorias da história condizentes para a compreensão da complexidade dos problemas desses tempos? Para Simon (2020), tais teorias precisam, antes de tudo, contrariar a semântica de sua definição e atender a questões destes tempos, sendo efetivamente úteis as reflexões que o "agora" apresenta. Pensar nesta face prática da teoria seria um caminho para a superação de problemas como a pouca difusão do conhecimento produzido nos departamentos de história das universidades.

Considerações Finais

A história feita através do digital não é mais um advento ou uma escolha, é um fato para historiadores de todo o mundo. As incontáveis possibilidades do digital têm sido potencializadas a favor das pesquisas e da divulgação de seus resultados para além do espaço acadêmico. Na medida que a história se apresenta como parte importante da reflexão sobre a vida nesta sociedade, a partir das possibilidades do digital, ela pode contribuir para a construção da consciência acerca das complexidades deste período sobre o qual estamos inevitavelmente imersos. A história já habita às mídias digitais, o passado já é um campo de representação, divulgação e debate nos espaços mediados pela tecnologia. O que se impõe ao historiador, hoje, é mais do que se adequar as narrativas tecnológicas e reivindicar um lugar de autoridade sobre o passado no espaço digital. O principal desafio da história no território virtual é o confronto com os discursos falaciosos, a *pós-verdade* formulada para controle da opinião social.

A história pode agir neste conflito. Vê-se atualmente nas redes uma demanda pela reivindicação de direitos e lugares sociais anteriormente negados e invisibilizados. A história enquanto ciência apresenta os caminhos para o esclarecimento desses processos e para a compreensão dos aspectos que construíram uma sociedade tal como ela se encontra no presente. É o conhecimento articulado do passado que poderá auxiliar na elaboração de perguntas e na construção de respostas para questões como: Quais as razões para a negação de direitos sociais de determinadas classes e coletividades? Como determinados aspectos da nossa sociedade se constituíram e quais as razões de sua continuidade?

O desafio consiste em habitar o espaço digital com conteúdos que não apenas sejam atrativos em sua linguagem mais simples e com a maior utilização de imagens e sons, mas que também possam promover uma ampla reflexão sobre questões de ordem social iniciadas em uma instância do passado, mas que não deixam de atravessar o presente. Mais do que estar presente nas redes e utilizar-se da linguagem comum deste ambiente, a história tem, atualmente, a tarefa de contribuir para a construção de um conhecimento emancipatório, que respeite a alteridade e a diversidade individual e não torne o passado refém de discursos extremistas.

Referências

- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução de Marcus Penchel Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1998.
- ARMITAGE, D. E GULDI, J. **Manifesto pela História**. Trad. Modesto Florenzano. B. Horizonte, Autentica, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Prefácio Jacques Le Goff; Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- MARS, Amanda. **Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais?** EL PAÍS, 25 de fevereiro de 2018. Disponível em: Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais? | Internacional | EL PAÍS Brasil (elpais.com). Acesso em: Agosto de 2014.
- CRARY, Jonathan. **24/7: o capitalismo tardio e os fins do sono**. S. Paulo Cosac Naif, 2014.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução: Francisco Alves e Afonso Monteiro. Lisboa, Edições Antipáticas, 2005.
- DUNKER, Christian. (e outros). **Ética e pós-verdade**. P. Alegre, Dublinense, 2017.
- FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005/6755>. Acesso em: Ago-2024.
- HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade**; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, Vozes, 2017.

- HAN, Byung-Chul. **No Enxame**: reflexões sobre o digital. Lisboa, Relógio d'Água, 2016.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos**: desafios ao conhecimento histórico na era digital. Revista Brasileira de História, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.
- ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo, N-1 Edições, 2018.
- SAFATLE, V; DUNKER, C; SILVA, N. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SIBÍLIA, Paula. **O show do Eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 2016.
- SIEBERT, Silvânia; PEREIRA, Israel Vieira. **A pós-verdade como acontecimento discursivo**. Linguagem em (Dis)curso – Lem D, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020.
- SIMON, Zoltan. **Os teóricos da história têm uma teoria da história?** reflexões sobre uma não disciplina. Vitória, Mil Fontes, 2020.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Recebido em: 11 de agosto de 2024

Aceito em: 22 de outubro de 2024
